

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.480 - MG (2019/0016924-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **THIAGO GONCALVES CRISTIANO (PRESO)**
ADVOGADO : **GUSTAVO DE OLIVEIRA - MG126782**
RECORRIDO : **JORGE ANTONIO EVANDRO MODESTO (PRESO)**
ADVOGADO : **MARCO AURELIO SILVEIRA TAUIL - MG156841**
RECORRIDO : **JULIO CESAR VILELA (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVANTE : **THIAGO GONCALVES CRISTIANO (PRESO)**
ADVOGADO : **GUSTAVO DE OLIVEIRA - MG126782**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

A controvérsia tratada nos autos foi bem relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 1.380/1.382, *in verbis*:

1. *Cuida-se de recurso especial (e-STJ, fls. 1237-1251) interposto contra acórdão que deu parcial provimento aos recursos. Segue a ementa do referido acórdão (e-STJ, fl. 1137), verbis:*

EMENTA: APELAÇÃO - LATROCÍNIO - ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE ROUBO OU FURTO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA E DELAÇÃO DO CORRÉU EM CONSONÂNCIA COM DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA - CONDENAÇÕES MANTIDAS - RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO MENOR IMPORTÂNCIA - CORRUPÇÃO DE MENOR - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO ACOSTADA AOS AUTOS - PENA-BASE - REDUÇÃO - RECONHECIMENTO DA MENORIDADE RELATIVA - DELAÇÃO PREMIADA - MAJORAÇÃO DO QUANTUM DE REDUÇÃO. *No crime de latrocínio, tendo em vista a clandestinidade da ação, a prova direta raramente é alcançada, sendo determinantes os indícios e circunstâncias decorrentes da ação desenvolvida, para se chegar à certeza da condenação. A delação do corréu que, sem negar sua responsabilidade, incrimina também o outro acusado, merece credibilidade, se em harmonia com outros elementos de prova. Não há participação de menor importância quando o que ocorreu, na realidade, foi uma divisão de tarefas entre os coautores. Não comprovada a menoridade do adolescente coadjuvante por documento público idôneo, impossível a*

condenação pelo crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B do ECA. A pena-base deve ser fixada próxima ao mínimo legal quando a maioria das circunstâncias judiciais for favorável ao acusado. Se ao tempo do delito o agente contava com menos de 21 (vinte e um) anos de idade, há que lhe ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa. Deve ser mantida a redução da pena no patamar de 1/3 {um terço} em razão da delação premiada (art. 14 da Lei 9.807/99) reconhecida pelo Magistrado a quo.

W. CORRUPÇÃO DE MENOR - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. Existindo nos autos documento hábil, dotado de fé pública, capaz de comprovar a menoridade do adolescente, não há que se falar em ausência de prova da menoridade.

2. Na origem, THIAGO GONÇALVES CRISTIANO, JORGE ANTÔNIO EVANDRO MODESTO e JÚLIO CÉSAR VILELA foram condenados por infração às normas contidas no art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal, e art. 244-B do ECA, na forma dos artigos 69 e 29, ambos do Código Penal. As penas fixadas ao réu Thiago foram de 28 (vinte e oito) anos de reclusão, em regime fechado, e 290 (duzentos e noventa) dias-multa (latrocínio) e 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto (corrupção de menores); ao réu Júlio de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão, em regime fechado, e 150 (cento e cinquenta) dias-multa (latrocínio) e 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto (corrupção de menores), e ao réu Jorge de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, e 32 (trinta e dois) dias -multa (latrocínio) e 1 (um) ano e 20 (vinte) meses de reclusão, em regime semiaberto (corrupção de menores).

3. Interpostos recursos, o Tribunal de origem deu parcial provimento às irresignações (e-STJ, fls. 1124-1168).

4. Da decisão do Tribunal Estadual foram interpostos recursos especiais pelo Parquet Estadual e por THIAGO GONÇALVES CRISTIANO. Em suma, THIAGO GONÇALVES CRISTIANO alega que o v. acórdão negou vigência do artigo 386, VII, do CPP e 29, caput e § 2º, do Código Penal, para fins de reforma do acórdão por absolvição, ou redução da pena. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por sua vez, aduz ofensa aos artigos 155 do CPP e 244-B da Lei 8.069/90, com requerimento de reforma do acórdão para que a sentença condenatória seja reestabelecida em relação aos recorridos.

5. O apelo especial de THIAGO GONÇALVES CRISTIANO não foi admitido. Por sua vez, o Tribunal de origem deu seguimento ao recurso especial do Parquet Estadual (e-STJ, fls. 1324-1327).

Contrarrazões às e-STJ fls. 1261/1266, 1273/1281 e 1309/1315.

Ao final, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 1.380/1.385).

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do recurso especial, dele conheço.

De início, ressalto que este Tribunal Superior firmou entendimento, sedimentado na Súmula n. 74/STJ, de que, "*para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil*". Documento hábil, por sua vez, é entendido como qualquer documento dotado de fé pública e não apenas a certidão de nascimento.

Confira-se, nesse sentido, precedente deste Tribunal Superior:

HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO DE MENORES. MENORIDADE DO RÉU. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTO HÁBIL. JUNTADA DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. ART. 231 DO CPP. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. A teor dos julgados desta Corte, a prova da idade da vítima não se restringe à certidão de nascimento e pode ser realizada por outros documentos idôneos, inclusive por meio de boletim de ocorrência, no qual consta termo de declarações do adolescente.

2. O acórdão indicou provas suficientes para reconhecer a menoridade da vítima, pois, além de o processo estar instruído com documento proveniente da delegacia de polícia, depois da prolação da sentença foi apresentada certidão de nascimento, sendo incabível o pedido de absolvição pelo crime do art. 244-B do ECA.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 359.446/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 20/09/2016.)

Fixada essa premissa, trago trechos do acórdão que interessam à questão que nos é posta a julgamento (e-STJ fls.1.155/1.156 e 1.164/1.165):

Lado outro, vislumbro que a condenação referente ao crime previsto no art. 244-B da Lei 8.069/90 deve ser decotada da r sentença Como se sabe, a Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterou o título VI da Parte Especial do Código Penal, que tratava dos crimes contra os costumes revogou a Lei n.º 2.252/54, que tratava da corrupção de menores e inseriu no Estatuto da Criança e do Adolescente o artigo

244-B com o mesmo teor proibitivo, senão vejamos

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo a praticá-la.

De acordo com recente orientação firmada no colendo Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 500, o crime de corrupção de menores é formal e prescinde de prova da efetiva corrupção para sua caracterização, assim se apresenta o enunciado sumulado. "A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal". (STJ - Súmula nº 500, 3ª Seção, Jul. em 23/10/2013, Pub. em 28/10/2013). No entanto.. No presente caso, há fator que impõe a absolvição do acusado quanto a esse delito.

É que, apesar das afirmativas de se tratar de adolescente, inexistente documento oficial comprobatório da idade da menor à época dos fatos, circunstância que fere as disposições estatuídas pelo parágrafo único do artigo 155 do Código de Processo Penal, verbis:

"somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil".

De acordo com o Código Civil a data do nascimento deve ser demonstrada pela certidão do respectivo registro

[...]

Com efeito, ausente nos autos certidão de nascimento comprobatória da idade da menor coadjuvante, não se configura o crime de corrupção de menores previsto no art. 244-B do ECA, motivo pelo qual a absolvição do apelante acerca do crime em testilha é medida que se impõe. (Grifei)

[...]

É que ao contrário do que do que entendeu o em Relator, tenho que a ausência da certidão de nascimento do menor não é suficiente para afastar o crime de corrupção de menor.

In casu, consoante se vê à f. 213, ao ser ouvido perante a autoridade policial, o menor R.J.S. informou a sua idade e o número de sua carteira de identidade, razão pela qual não há que se falar em ausência de prova da sua menoridade. E, ao ser ouvido sob o crivo do contraditório (f. 598) o menor novamente forneceu sua data de nascimento.

Não se olvida que a súmula 74 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que "para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil". Entretanto, a certidão de nascimento do adolescente não é o único documento hábil a demonstrar a alegada menoridade, havendo outros que atendem perfeitamente a esta finalidade, tais como o Boletim de Ocorrência Policial e o termo de declarações lavrado perante a autoridade

policial, em que foram anotados todos os dados constantes do registro civil (número do RG, nacionalidade, filiação e data de nascimento). Nesse sentido, confira-se o entendimento jurisprudencial:

[...]

Frise-se que, no caso dos autos, a defesa não trouxe aos autos contraprova capaz de por em dúvida os dados da qualificação do referido adolescente, constantes do auto de prisão/apreensão em flagrante e do boletim de ocorrência, documentos estes dotados de fé pública.

Assim, mantenho a condenação do apelante pelo crime do artigo 244B da Lei 8.069/90.

In casu, sendo consignado no acórdão proferido, ainda que no corpo do voto vencido, a existência de documento público do qual se pode extrair, além de outros dados, a data de nascimento do infante, é imperativo reconhecer a existência de materialidade delitiva do crime previsto no art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MAJORAÇÃO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PROVA DA MENORIDADE. CERTIDÃO DE NASCIMENTO. PRESCINDIBILIDADE. OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se constata ofensa ao art. 59 do Código Penal quando as instâncias ordinárias promovem a majoração da pena-base com amparo em fundamentação idônea e em patamar razoável, pois o aumento da pena, nesta etapa da dosimetria, não está vinculada a uma fração matemática exata.

2. A comprovação da menoridade, para fins de tipificação do delito previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não exige obrigatoriamente a apresentação de certidão de nascimento, podendo esta circunstância elementar ser comprovada por outros documento idôneos, tais como o boletim de ocorrência policial, o auto de apreensão do adolescente as peças do procedimento instaurado na Justiça da Infância e Juventude.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1737765/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 13/11/2018, grifei)

Assim, tenho que deve ser restabelecida a condenação dos ora

recorridos pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para restabelecer a condenação dos ora recorridos, nos exatos moldes da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, pela prática delitiva prevista no art. 244-B do Código Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

